

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

AUDILAR ARGUELHO ALCARÁ

**UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS
SOCIOECONÔMICAS DO
ASSENTAMENTO ARATABA – JARDIM/MS.**

JARDIM

2018

AUDILAR ARGUELHO ALCARÁ

**UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS
SOCIOECONÔMICAS DO
ASSENTAMENTO ARATABA – JARDIM/MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

JARDIM
2018

Termo de Aprovação

AUDILAR ARGUELHO ALCARÁ

UM ESTUDO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO
ASSENTAMENTO ARATABA – JARDIM/MS.

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca examinadora:

Orientador (a): Prof.^a Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

UEMS - Jardim

Examinador 1: Prof. Dr. Tiago Satim Karas

UEMS – Jardim

Examinador 2: Prof. Me. Elvis dos Santos Mattos

UEMS – Jardim

Jardim, novembro de 2018.

DEDICATÓRIA

A todos os professores do Curso de Geografia, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, por ser essencial em minha vida e pela força e coragem durante toda esta longa jornada.

A minha esposa pelo amor, paciência, compreensão e auxílio nesta empreitada acadêmica.

Aos meus pais pelo incentivo, ensinamento e oportunidades que me foram concedidas para vencer mais esta etapa de minha vida.

Aos meus colegas de turma pela troca de experiências, discussões e debates que auxiliaram muito em meu aprendizado.

A todos os professores e principalmente a minha orientadora pela contribuição teórica.

RESUMO

Este estudo buscou investigar e analisar as condições socioeconômicas do Assentamento Arataba, no município de Jardim-MS, bem como identificar como vivem as famílias ali assentadas. O Assentamento Arataba abriga vinte e seis famílias que obtiveram seus lotes por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), caracterizado como um Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), o qual se trata de um constructo reativo criado pelo Banco Mundial, visando substituir a política de reforma agrária pautada na desapropriação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Modelo este implantado na década de 1990 com o suposto objetivo de aliviar a pobreza e as tensões sociais no campo, por meio de financiamento para a aquisição do lote. Procuramos entender o modelo de reforma agrária tradicional e o MRAM, considerando que a estrutura fundiária é de fato uma questão que remonta o período colonial e de formação do território brasileiro. Além do que as políticas públicas relacionadas à Reforma Agrária no País não têm promovido de fato a melhoria das condições de vida e trabalho nos assentamentos. Sendo assim, durante a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com quatorze assentados, por meio das quais foi possível verificar aspectos referentes às condições familiares, tais como: habitação, educação, trabalho, produção, renda, saúde e infraestrutura e, desse modo apreender o perfil socioeconômico das famílias do Assentamento Arataba.

Palavras chave: Assentamento Arataba; Questão Agrária; Reforma Agrária de Mercado; Aspectos socioeconômicos.

ABSTRACT

This study aimed to investigate and analyze the socioeconomic conditions of the Arataba settlement, in the city of Jardim-MS, as well as to identify the families living there. The Arataba Settlement is home to twenty-six families that obtained their lots through the National Land Credit Program (PNCF), characterized as an Agrarian Reform Market Model (MRAM), which is a reactive construct created by the World Bank, aiming to replace the agrarian reform policy based on the expropriation of land by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). This model was implemented in the 1990s with the supposed objective of alleviating poverty and social tensions in the field, through financing for the acquisition of the lot. We try to understand the traditional agrarian reform model and MRAM, considering that the land structure is indeed a question that goes back to the colonial period and the formation of the Brazilian territory. In addition, the public policies related to Agrarian Reform in the country have not actually promoted the improvement of living and working conditions in the settlements. Thus, during the field research, interviews were conducted with fourteen settlers, through which it was possible to verify aspects related to family conditions, such as: housing, education, work, production, income, health and infrastructure and, socioeconomic profile of the Arataba Settlement families.

Keywords: Arataba settlement; Agrarian Question; Agrarian Reform of Market; Socioeconomic aspects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de localização do Assentamento Arataba	28
Figura 2: Sede da associação dos moradores do Assentamento Arataba	30
Figura 3: Trator e grade do Assentamento Arataba adquirida pelo Projeto SIC	31
Figura 4: Residência não modificada do Assentamento Arataba	32
Figura 5: Modelo de residência em alvenaria do Assentamento Arataba	32
Figura 6: Bomba de água do poço semi-artesiano do Assentamento Arataba	33
Figura 7: Modelo de poço semi-artesiano do Assentamento Arataba	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

BT - Banco da Terra

CEAPA - Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores

COAMS - Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MCC - Movimento Camponês de Corumbiara

MCL - Movimento de Comissões de Luta

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MLST - Movimento da Libertação dos Sem Terra

MLT - Movimento de Luta pela Terra

MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado -

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MT - Movimento da Terra

MUST - Movimento Unificado dos Sem Terra

PCT - Programas Cédula da Terra

PIN – Programa de Integração Nacional

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

SIC - Sistema de Investimento Comunitário

SRA - Secretária de Reordenamento Agrário

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados no Assentamento Arataba.....	35
Gráfico 2 - Estado Civil dos entrevistados do Assentamento Arataba.....	36
Gráfico 3 - Local de residência dos entrevistados anteriormente ao Assentamento Arataba...	37
Gráfico 4 - Composição familiar dos entrevistados no Assentamento Arataba.....	38
Gráfico 5: Renda familiar dos entrevistados do Assentamento Arataba.....	39
Gráfico 6: Fonte de renda das entrevistados do Assentamento Arataba.....	39
Gráfico 7: avaliação da Associação de Moradores do Assentamento Arataba.....	42
Gráfico 8: Contribuição do poder público junto ao Assentamento Arataba.....	42
Gráfico 9: Filhos em idade escolar dos entrevistados Assentamento Arataba.....	43
Gráfico 10: Tem acesso ao sistema público de saúde?.....	44
Gráfico 11: Satisfação do atendimento para o Sistema Público de Saúde.....	45
Quadro 1 - Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.....	23
Quadro 2: Empréstimos e financiamentos realizados pelos assentados.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: QUESTÃO AGRÁRIA x REFORMA AGRÁRIA.....	14
1.1 – A Questão Agrária no Brasil: origem e desdobramentos	14
1.2 - A reforma Agrária no Brasil.....	16
1.3 - Modelo de Reforma Agrária de Mercado	19
1.4 - Principais movimentos sociais de luta pela terra	21
1.5 - A Questão agrária e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul	24
CAPITULO II: HISTORICO DE CRIAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO ASSENTAMENTO ARATABA.....	28
2.1 - Caracterização do Assentamento Arataba.....	28
2.2 – O papel da associação no processo de desenvolvimento do assentamento	29
2.3 – Aspectos da infraestrutura do Assentamento Arataba.....	31
CAPITULO III: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REFERÊNTE AOS ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DO ASSENTAMENTO ARATABA: Um enfoque no universo investigado.....	35
3.1 - Aspectos familiares e habitacionais do Assentamento Arataba	37
3.2 - Aspectos de renda e trabalho.....	38
3.3 - Aspectos educacionais e saúde.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO ARATABA.....	53
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO	55

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica de ocupação do território brasileiro promoveu desdobramentos sociais, culturais, econômicos e territoriais, os quais se refletem na atualidade. Neste trabalho especificamente trataremos da questão agrária pautada na estrutura fundiária concentrada e excludente.

Apesar de ser um país marcado por intensa desigualdade social, os governos não tratam a questão agrária e o Programa de reforma agrária com a importância que requer. Em consequência, muitas famílias que almejam um pedaço de terra permanecem por vários anos engrossando as fileiras dos movimentos sociais de luta pela terra, a espera das desapropriações, sofrendo uma série de arbitrariedades, tais como, criminalização, violência muitas vezes seguidas de morte, dentre outras. Aqueles que conseguem a terra continuam tendo que lidar com o “esquecimento” dos governos, cujas políticas públicas não atendem às demandas socioeconômicas das famílias que lutam para ter e permanecer na terra com dignidade.

Historicamente a Reforma Agrária tem contribuído para tirar uma parcela da população da miséria em que viviam. Todavia, milhares de famílias têm sido assentadas em terras sem condições edafoclimáticas para produzir, de difícil acesso e sem infraestrutura básica. Muitos assentados, pequenos produtores familiares, precisam de financiamentos bancários para desenvolver sua atividade produtiva e criar as condições infraestruturais necessárias em seus lotes, porém inúmeras vezes se deparam com dificuldades para acessar os financiamentos e/ou para se desenvolver sem eles, ficando, desse modo sem a infraestrutura básica que garanta sua sustentabilidade, isso porque muitos são inadimplentes, o que impossibilita o acesso ao crédito.

Um fato que desencadeou a realização efetiva da reforma agrária foi à modernização da agricultura, ocorrida a partir de 1950. Segundo Graziano da Silva (1996), a modernização da agricultura se deu na perspectiva da transformação na base técnica da produção agropecuária no período pós-segunda guerra mundial, provocando expressivas mudanças no processo produtivo no campo, bem como das relações capital - trabalho.

De acordo com Matos e Pessôa (2011, p.2) a modernização da agricultura brasileira se consolidou efetivamente a partir da década de 1960, com a adoção das inovações tecnológicas no processo produtivo e com a constituição dos complexos agroindustriais, promovendo uma reconfiguração socioeconômica e espacial no campo.

O fortalecimento das relações intersetoriais envolvendo as esferas de produção, distribuição e consumo, em associação com as atividades agrárias, ou seja, a integração entre indústria, agricultura e indústria processadora caracterizou o processo de industrialização da agricultura.

Segundo Delgado (1985), esse processo se deu a partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado. A constituição dos complexos agroindustriais se efetivou, sobretudo pelas mudanças estruturais implantadas no campo, pelo aparato tecnológico e, sobretudo pelo aporte financeiro disponibilizado pelo Estado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir de 1965.

Esta modernização trouxe consigo inúmeras inovações tecnológicas e por conta disso, desenvolveu-se rapidamente. Os agricultores que já eram produtivos se beneficiaram das políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, 158).

À agricultura brasileira de base capitalista é atribuído um papel de destaque, sobretudo no aspecto econômico. Por este motivo o Estado em poucos momentos favoreceu a realização da reforma agrária, preferindo priorizar o que se denomina atualmente de agronegócio, o qual contempla um conjunto de relações comerciais, industriais e de serviços, que envolve a cadeia produtiva da agricultura e pecuária, sendo neste caso mais rentável para o país, pois, ao gerar divisas por meio das exportações influencia significativamente na economia brasileira.

Assim, o favorecimento da agricultura e pecuária sob a perspectiva capitalista ocorre em detrimento da agricultura de base familiar, particularmente a praticada no âmbito dos assentamentos de reforma agrária. Isto reforça a importância de repensar a reforma agrária e implantar políticas públicas de modo que garanta de fato e de direito, não somente a terra, mas também condições dignas de produção, de vida e de permanência na terra conquistada.

Os estudos mostram que esta é uma realidade vivenciada pela maioria dos assentamentos brasileiros, não sendo diferente em Mato Grosso do Sul e em Jardim. No município de Jardim há cinco assentamentos rurais dentre os quais se inclui o Assentamento Arataba, objeto deste estudo. Nele estão assentadas 26 famílias, as quais obtiveram seus lotes por meio de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), instrumento de desenvolvimento rural, pautado pela Reforma Agrária de Mercado.

O PNCF é um modelo de reforma agrária que foi adotado pelo Estado brasileiro na década de 1990, por meio do qual as pessoas interessadas adquirem suas terras através de financiamento. O mesmo representa uma tentativa de conter as inúmeras tensões sociais ocorridas no campo, com objetivo de evitar as constantes mobilizações dos movimentos sociais de luta pela terra.

Ciente dos problemas decorrentes da estrutura fundiária desigual e excludente no Brasil, bem como dos desdobramentos do ponto de vista do acesso a terra e a permanência nela surgiu o interesse em compreender como as famílias do Assentamento Arataba estão estruturadas atualmente, uma vez que partimos do pressuposto de que a reforma agrária não deve apenas distribuir e financiar terras, mas, sobretudo promover o desenvolvimento socioeconômico dos assentados, por meio de um conjunto de políticas públicas criadas pelo Estado.

Para fundamentar ainda mais este estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, onde utilizamos um questionário, a fim de estabelecer algumas percepções da luta dos assentados em permanecer na terra, bem como verificar quais são as perspectivas futuras de vida e de produção. Todas as entrevistas realizadas com os quatorze assentados foram pautadas em um questionário, cujas respostas foram escritas manualmente pelo entrevistador e com o consentimento do entrevistado, de modo que pudessem ser divulgadas, somente para elaboração deste trabalho.

Cabe destacar ainda que o presente trabalho teve como propósito analisar as características socioeconômicas do Assentamento Rural Arataba, localizado no município de Jardim/MS, por meio de um levantamento dos aspectos referentes às condições familiares, tais como: habitação, educação, trabalho, produção, renda, saúde e infraestrutura. Todavia para compreender o objeto de estudo procuramos resgatar brevemente aspectos relacionados à questão agrária e à reforma agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, considerando ainda o papel e a importância dos movimentos sociais de luta pela terra no processo de reforma agrária, bem como do Programa Nacional de Crédito Fundiário na formação do Assentamento Arataba.

Desse modo, o trabalho está dividido em três capítulos, onde são colocadas as discussões e análises realizadas durante a elaboração do referido estudo. Desse modo, o primeiro capítulo fundamenta-se na discussão referente à questão agrária e reforma agrária desde o descobrimento do território brasileiro, os benefícios e críticas do Modelo de Reforma Agrária de Mercado para os assentamentos, os movimentos sociais que contribuíram e até hoje contribuem para a continuação da reforma agrária, bem como a luta pela terra no estado de Mato Grosso do sul. O segundo capítulo apresenta a caracterização da área em estudo, onde explana as principais características do assentamento, desde a sua formação até os dias atuais. O terceiro e último capítulo, trata dos resultados obtidos com as entrevistas aplicadas junto às 14 famílias moradoras no assentamento. Por último, são apresentadas as

considerações finais desta pesquisa, na qual são realizadas possíveis soluções para a melhoria da qualidade de vida dos assentados.

CAPÍTULO I: QUESTÃO AGRÁRIA x REFORMA AGRÁRIA

1.1 – A Questão Agrária no Brasil: origem e desdobramentos

A desigualdade social e a concentração fundiária no Brasil tiveram origem desde o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime das sesmarias. O regime de sesmarias se pautava na distribuição de uma parcela de terras a qual era atribuída a um beneficiário pela Coroa de Portugal. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi uma prática largamente adotada no período colonial brasileiro, como forma de Portugal explorar as terras virgens e ter o controle do território. Neste regime o agricultor tinha a posse da terra, enquanto a Coroa Portuguesa detinha o domínio delas. Porém somente os brancos e católicos tinham o direito a posse de terra, enquanto os escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito (MIRALHA, 2006).

Uma das regras estabelecidas pela Coroa era não doar a uma única pessoa uma porção de terra maior que não poderia cultivar, porém as recomendações não eram seguidas pelo governo geral. Assim, surgiram muitos problemas, pois além de descumprirem as regras, não existia fiscalização que inibisse os abusos. O regime instaurado pela Coroa Portuguesa tinha como propósito a exploração e riquezas locais para a criação de um monopólio com o objetivo de abastecer os países europeus. Por este motivo as terras eram doadas a senhores que já possuíam bens, pois os benefícios eram maiores, já que obtinham grande lucratividade (MIRALHA, 2006).

Após o fim do regime de sesmarias, surgiu a Lei n. 691 de 1850, denominada Lei de Terras, sendo a primeira iniciativa com intuito de organizar a propriedade privada no Brasil. Porém, conforme Nabarro (2010, p. 7), na prática a Lei restringiu o acesso a terra por parte daqueles que não poderiam comprá-la, utilizando-a como mercadoria. Nesta mesma época começou a declinar o regime escravocrata e para impedir tal ato os latifundiários, que dependiam totalmente da mão de obra escrava, tentaram inibir a abolição da escravatura, porém não obtiveram sucesso. Diante dos fatos durante a constituição da Lei 691 o acesso às terras se restringia apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. Por outro lado, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 10).

É possível afirmar, que a Lei de Terras não tinha objetivo de liberar o acesso a terra e sim instituir bloqueio de propriedade aos trabalhadores, já que os mesmo não teriam

condições de adquiri-las. Por este motivo, durante a execução da Lei de Terras, as disputas começaram a ser constantes, já que o acesso a ela só era possível mediante compra com pagamento em dinheiro. Assim durante muito tempo a “questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional ancorado no aparelho de estado, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado da era republicana” (MARTINS, 1999, p. 99).

Com isso, em 1960, a questão agrária era um assunto de grande destaque no Brasil e embora não tenha ganhado grande repercussão, por muito tempo passou a ser assunto de artigos, textos e livros, chamando muita atenção do mundo acadêmico e político, pois sua interpretação visava estratégias de mudança socioeconômicas do país. Surgiram então dois grandes questionamentos para o assunto, o primeiro analisava a realidade agrária como um bloqueio para o capitalismo e o segundo defendia a inexistência do feudalismo e que o capitalismo estava sendo desenvolvido no campo, não sendo nenhum entrave para o desenvolvimento capitalista (STEDILE, 2013, v. 6).

No Brasil, as lutas políticas pela reforma agrária começaram no início dos anos 1950, e constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista, pois a distribuição de terras era um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Porém a ditadura militar não pensava da mesma forma e a reforma agrária foi interrompida pelo golpe militar (1964-1985), com medidas repressivas contra os movimentos sociais do campo.

Assim, a reforma agrária tornou-se um debate proibido, na época, mas na realidade continuou a se desenvolver. O Brasil passou a ser palco de grandes manifestações urbanas e rurais, e elas faziam reivindicações para melhoria da população e o fim do governo ditatorial. Os manifestantes eram contra o regime autoritário e discordavam da exclusão de certos grupos sociais. Diante dos fatos a reforma agrária foi desaparecendo dos órgãos que seriam encarregados de sua execução, havendo um aumento de repressão ao movimento dos trabalhadores rurais (SOARES, 2009).

Pouco tempo antes do fim do regime militar, um novo ciclo de mobilização pela reforma agrária ocorreu em paralelo com o aumento das demandas democráticas. Surgiu o período de abertura política, ressurgindo os movimentos sociais no campo, de luta pela reforma agrária (STEDILE, 2013, v. 6).

Pelos fatos ocorridos a questão agrária ficou marcada por uma trajetória de concentração de terras, expropriação e resistência dos trabalhadores rurais. Por isso ela sempre esteve presente no território brasileiro e persiste até os dias atuais. Assim sendo, a questão agrária tem um caráter estrutural, impossível de ser resolvida apenas por meio de

políticas agrícolas ou sociais focais, posto que seus efeitos fatalmente serão destruídos pela estrutura fundiária excludente, que se mantém preservada.

1.2 - A Reforma Agrária no Brasil

A reforma agrária, ao longo do tempo, envolveu diversos movimentos que tinham por objetivo a posse de terras. Assim visando impedir a ocorrência de abusos, o governo reformulou em 1964, pela Lei n. 4.504 de 30 de novembro, o Estatuto da Terra que visa “promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso. A fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade” (BRASIL, 1964). Ou seja, com a referida Lei o Estado tinha por obrigação garantir o direito de acesso a terra para as pessoas que nela viviam e trabalhavam. Porém o objetivo da Lei não era necessariamente executar o programa de redistribuição fundiária e sim controlar as reivindicações populares, bem como os conflitos que cresceram de forma acentuada (FERNANDES, 2008).

Essas normas visavam, portanto, regulamentar os direitos e obrigações de bens rurais, mais especificamente para a reforma e política agrária e fez com que surgissem obrigações tanto para os proprietários como para os que não eram proprietários de terras. Dessa forma, as ocupações de terras passaram a ocorrer com frequência e à medida que o movimento camponês se organizava, conquistando novos territórios, iam sendo criadas diversas comissões e setores para cuidar das atividades referentes à luta pela terra, surgindo assim em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A reforma agrária brasileira ganhou ainda maior status, a partir da Constituição Federal de 1988, na qual foi dedicado um capítulo específico que diz em seu Art. 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Com isso o Brasil passou a dispor de aparato jurídico e institucional que permitiria iniciar um programa nacional de reforma agrária. A partir de então, passaram a serem criados inúmeros órgãos que executariam a reforma agrária e, entre eles, foi criado o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, responsável por executar a reforma agrária, envolvendo fortemente os governos estaduais e prefeituras.

Foram lançados também diversos programas especiais de desenvolvimento regionais, dentre eles destacaram-se o Programa de Integração Nacional – PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra.

O PIN teve o objetivo de colonizar a Amazônia, a partir da rodovia Transamazônica, atraindo o povo nordestino para aquela região. No entanto, o impacto desse programa foi muito pequeno se comparado às metas propostas e aos recursos alocados. O Proterra também teve pequeno alcance no que diz respeito ao número de famílias assentadas, além do pagamento das terras ter sido feito a vista, em dinheiro, contrariando o previsto por lei (SPAROVEK, 2003, p. 12).

A partir de então, a distribuição de terras no Brasil passou a ser uma das piores do mundo, tornando-se pauta das políticas brasileiras em praticamente todos os governos. Porém, apesar das políticas implantadas e das conquistas obtidas, tais como as políticas públicas como Luz para Todos, que possibilitaram levar energia elétrica aos assentados; os avanços do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que através da disponibilização de crédito, os assentados puderam ter acesso a insumos e equipamentos para o aumento da produtividade, etc.; ainda existe muito a se fazer pela reforma agrária (SANTOS, 2009, p. 11).

De acordo com Sparovek (2003, p. 37) a reforma agrária “é um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade” e, apesar de ser um programa executado no campo, acaba causando impacto na sociedade como um todo. A reforma agrária assumiu diferentes significados e configurações ao longo do tempo e ganhou força com os movimentos sociais, revelando a realidade do campo e reivindicando o acesso a terra.

Conforme a Lei do Estatuto da Terra, a reforma agrária é um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (BRASIL, 1964). Entendendo o assunto como uma questão política, a reforma agrária, está entre aquelas reformas cuja definição depende da conjuntura histórica e da estrutura de Estado (MARTINS, 1999).

A Reforma agrária engloba uma série de fatores demográficos, econômicos, sociais e políticos. Neste sentido Venancio (2009 apud Stedile 2013, p. 17) salienta que a reforma agrária é como um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização da terra na sociedade brasileira.

Conforme Graziano da Silva (1981, p. 36) a reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Já conforme Oliveira (2007, p. 89) a Reforma Agrária pode ser definida como:

Um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Através das interpretações expostas é possível concluir que a reforma agrária pode ser compreendida como um amplo conjunto de mudanças em todos os aspectos da estrutura agrária de um país, que visa alcançar melhorias, nas condições sociais, econômicas e políticas das famílias do campo.

Em outras palavras, diríamos que a reforma agrária não pode ser vista apenas como uma política de distribuição de terras e de combate à pobreza. Deve sim ser constituída como uma política de desenvolvimento e de combate à desigualdade social no campo e na cidade.

Por este motivo, quando falamos de reforma agrária, no caso desta pesquisa, não estamos nos referindo somente a concessão de terras àquelas pessoas que se encontram impossibilitadas de ter acesso a ela, e sim de uma forma mais ampla de como vivem as famílias assentadas, pois o suporte técnico, as políticas públicas de acesso a financiamentos, de produção e geração de renda para os mesmos também faz parte do processo da reforma agrária. É partindo destes pressupostos que pretendemos fazer o estudo das condições socioeconômicas do Assentamento Arataba. Especialmente pelo fato de se tratar de um assentamento formado pela via inversa da reforma agrária, ou seja, por meio da compra financiada pelo PNCF e pautada no Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM).

1.3 - Modelo de Reforma Agrária de Mercado

O Modelo de Reforma Agrária de Mercado, instituída pelo Banco Mundial¹, foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990 e levado adiante no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme Oliveira (2005) por já ser aplicado em países em desenvolvimento, tais como México, Colômbia, África do Sul, etc., o Brasil também adotou este Modelo de Reforma Agrária de Mercado - MRAM.

A implantação da reforma agrária de mercado no Brasil tomou por base, sobretudo a experiência sul-africana, a qual esteve voltada à resolução do problema financeiro dos bancos com o setor agrícola, haja vista o endividamento de fazendeiros. Os fazendeiros e banqueiros se uniram para exigir o perdão da dívida. Todavia, o perdão do débito seria ineficiente e apresentaria um custo elevado para o poder público.

Assim, preocupados com o desenvolvimento econômico sul africano, o Banco Mundial apresentou uma solução que seria uma reforma agrária assistida pelo mercado. Neste caso o governo investiu em um banco de terras, emprestando dinheiro a pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, para que pudessem adquirir suas terras através de um crédito fundiário para compra, oportunizando a redução da desigualdade no campo e em consequência auxiliariam os fazendeiros a não decretarem falência, anulando a possibilidade de crise financeira (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, os Programas Cédula da Terra – PCT, Banco da Terra - BT e Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF eram baseados no mesmo padrão de reforma agrária de Mercado, porém ocorreram em fases distintas. De acordo com Waechter (2013) o PCT foi criado em 1996 e implantado um ano depois nos estados do Ceará, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais e conforme o ponto de vista governamental, este programa alcançou o seu propósito, que era assentar famílias através das operações de compra e venda. Já o Banco da Terra teve seu período de atuação entre os anos de 1999 e 2004, contribuindo para inúmeros investimentos para milhões de assentamentos. Ao término do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e início do governo de Lula, o Banco da Terra chegou ao fim. Porém em sequência surgiu uma nova versão, ou seja, o PNCF.

¹O Banco Mundial, agente financeiro e ideológico das políticas para o desenvolvimento rural no Brasil, é uma organização financeira internacional, responsável por financiar programas de desenvolvimento econômico e social em todo mundo, sendo composto por cinco agências responsáveis por doação e empréstimos a países pobres, entre outros (NABARRO, 2010).

Conforme a Cartilha de Crédito Fundiário do Beneficiário elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (2008) o PNCF é uma política pública do Governo Federal, conquistada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, que historicamente lutou pela existência de um crédito fundiário para apoiar os processos produtivos dos trabalhadores rurais. Assim, o Programa foi criado para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra pudessem adquirir imóveis rurais para exploração em regime de economia familiar.

Todavia, foram estipulados critérios para ter acesso ao Programa, ou seja, somente pode utilizar o PNCF aqueles que comprovem experiência de cinco anos em atividades agrícolas e rurais. Assim, para comprovar esta experiência, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de cada município é o responsável por avaliar as pessoas interessadas para utilização do benefício.

Uma das possibilidades para adquirir a terra é a criação de associações, porém torna-se necessário que as pessoas se enquadrem na linha de combate à pobreza rural. As associações neste caso podem ser públicas ou pessoa jurídica de direito privado, formada por uma união de pessoas, ou seja, os futuros beneficiários devem se organizar tal fim. (MEDEIROS, 2014)

Este procedimento tem sido também adotado no município de Jardim-MS, quando da criação de um assentamento desta modalidade, a exemplo do Assentamento Arataba. Os interessados são orientados pelo STTR a se organizarem em uma associação para que assim possam pleitear o financiamento junto ao banco.

Além de oferecer financiamentos para compra de um imóvel rural, o Programa Nacional de Crédito Fundiário também é usado na implantação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural (MDA, 2018), ou seja, o agricultor poderá ainda construir casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma.

Segundo Pereira (2004, p.87), o Modelo de Reforma Agrária de Mercado tem por objetivo, promover a redistribuição de terra a baixo custo, de modo a melhorar a eficiência econômica, favorecer a equidade social e combater a exclusão. Este novo mecanismo possibilitou alavancar um mercado de compra e venda de acesso a terra mais acessível aos agricultores familiares, por meio da compra no mercado privado de terras e sua redistribuição passou a ocorrer através de uma autosseleção dos beneficiários.

A coordenação do PNCF esteve até 2018, sob a responsabilidade da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA), que atua no desenvolvimento de ações e programas de inclusão e garantia de acesso a terra, sendo a sua execução de competência dos governos e unidades federativas.

Para melhor entender o Modelo de Reforma Agrária de Mercado, Nabarro (2010, p. 71) afirma que este foi concebido como uma alternativa a chamada reforma agrária tradicional, porém baseada na lógica de mercado, representando sobre tudo um estímulo a mercantilização da terra. Conforme Pereira (2004, p. 88) o modelo de reforma agrária de mercado está pautado em seis lógicas e princípios, são eles:

- a) a transação voluntária entre compradores e vendedores interessados; b) enfoque dirigido pela demanda e associacionismo; c) autoseleção; d) Descentralização, participação e privatização; e) Esquema flexível de empréstimos e doações; f) Estímulo ao desenvolvimento produtivo.

Comparando a reforma agrária tradicional com a reforma agrária de mercado vemos que a primeira trata-se da distribuição de terras a pequenos produtores, visando, sobretudo o desenvolvimento social, já a segunda procura “satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra” (CARTER, 2010, p. 60). Neste sentido a Reforma Agrária de Mercado surgiu como uma opção para combater a luta pela terra e, conseqüentemente incorporar à agricultura familiar as estratégias do agronegócio.

Conforme Stedile, (2013, v.8, p. 14) a implantação deste modelo foi criticada por setores da esquerda que questionavam a aceitação do capitalismo agrário, pois como resultado a reforma agrária deixaria de ser vista como um objetivo político e seria reduzida inicialmente a um objetivo social e depois a uma simples política compensatória.

1.4 - Principais movimentos sociais de luta pela terra

Apesar de o Assentamento Arataba ter sido criado por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário e, portanto na perspectiva da Reforma Agrária de Mercado, faz-se importante destacar neste trabalho também o papel dos os movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Através dos movimentos sociais e dos movimentos sociais de luta pela terra, de modo específico, tem sido possível realizar vários diagnósticos sobre a realidade social e aqueles que se sentem excluídos, passam a se inserir nas ações de um grupo ativo. Estes movimentos têm contribuído para uma melhor organização e conscientização da sociedade, não sendo

movidos apenas por necessidade e sim pelo desenvolvimento das reflexões de suas próprias experiências.

De acordo com Pimmel (2014, p. 11) “Os movimentos sociais se referem a ações coletivas de grupos organizados que têm como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico”. Apesar de existir diversas siglas, os movimentos sociais do campo se constituíram historicamente das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste, antes da ditadura militar e se estruturaram através do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Aggio, Barbosa e Coelho (2002, p. 142) “as Ligas se constituíram na mais importante das organizações rurais do período, por seu papel crucial na projeção das lutas do homem do campo pela propriedade da terra”. Este movimento social tinha por objetivo ampliar suas bases políticas do campo, atuando de forma radical com o propósito de acabar com o monopólio de classe sobre a terra.

De acordo com Stedile (2012) as Ligas Camponesas tiveram um crescimento acelerado, faltando-lhe inicialmente uma estrutura compatível com a natureza e a importância do movimento, vindo a sofrer fortes repressões da polícia, do Estado e proprietários de terras, fato que impediu seu desenvolvimento, especialmente nos anos de 1964. Ao longo de toda sua existência as Ligas Camponesas foram associadas à imagem do PCB e esteve relacionada à mobilização de massas, que visava defender a realização da reforma agrária, começando pelo Nordeste brasileiro.

Já na década de 1980, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o qual tem sua origem relacionada a uma questão central, que é a luta pela terra, por parte de sujeitos expropriados, desempregados e pequenos proprietários, enfim, o conjunto de trabalhadores que compõem a categoria sem-terra (SOUZA, 2006, p. 75).

Segundo Carter (2010, p. 165-166), esse movimento era formado principalmente por desempregados urbanos, em grande parte ex-trabalhadores rurais que haviam migrado para as cidades em busca de emprego, abrangendo uma variedade de experiências de vida incluindo favelados, sem-teto e mesmo intelectuais engajados em sua causa. Nas primeiras ocupações de terras e acampamentos, as famílias sem-terra criaram diversas comissões ou setores para cuidar das atividades referentes à sua luta.

O MST nasceu com um caráter de classe e de luta contra o capital, tendo como ponto de partida e principal bandeira a ocupação de terras. Fernandes (1999, p. 8) comenta que desde a sua gênese o MST tem sido a principal organização de movimentos populares, pois

nasceu da articulação das lutas pela terra. Ao longo do tempo, este movimento social vem reunindo forças, organizando os trabalhadores sem-terra e conquistando espaços tanto do ponto de vista geográfico quanto político.

Conforme o site do MST (2018) atualmente o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Quando ouvimos falar sobre assuntos relacionados ao movimento de luta pela terra, logo vem à mente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), já que se trata de um movimento amplo e importante na discussão sobre a luta pela terra. Porém de acordo com Gehlen e Mocelin (2018) alguns movimentos sociais que obtiveram papel social importante na questão de luta pela terra antecedem o MST, podendo ser visualizados no quadro a seguir:

Quadro 1: Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

MOVIMENTOS	ESTADOS	ANO DE INÍCIO (APROXIMADO)
Ligas Camponesas	MA – PI – CE – RN – PB – BA – SE – AL – PE – RJ	1950
Comissão Pastoral da Terra – CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	RS – SC – PR – SP – MG – RJ – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – AM – TO – DF – GO – RO – MT – MS	1984
Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA	1994
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso – MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra – PE/MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta – MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem Terra – MLST	MA – PE – MG – SP	1997
MAST – Movimento dos Agricultores	SP (Pontal do	1998

Sem Terra	Paranapanema)	
MUST – Movimento Unificado dos Sem Terra	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: Ricci (2003, p. 19) apud Gehlen e Mocelin (2018).

Analisando os inúmeros movimentos sociais rurais brasileiros é possível perceber que não é de hoje que o brasileiro vai à luta de seus direitos e cada mobilização social representa um fato marcante para cada época. E é por meio deles que a sociedade espera alcançar mudanças, conquistar seus direitos e combater qualquer tipo de discriminação.

Em Mato Grosso do Sul, o movimento de luta pela terra e, mais especificamente o MST, está vinculada à ocupação da gleba Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, a qual envolveu cerca de 1500 famílias. Essa ocupação marcou a luta pela terra no estado, tendo em vista os confrontos envolvendo trabalhadores rurais sem terra e a polícia, dando início à organização de camponeses e trabalhadores rurais em movimentos de luta pela terra no estado (CPT, 1994, apud MELO, 2017, p.11).

1.5 - A Questão agrária e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul

A formação fundiária e social do Estado do Mato Grosso do Sul-MS está relacionada ao processo de ocupação do território e as condições geográficas da região.

Historicamente, a ocupação e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, ocorreu de acordo com os interesses extrativistas de empresas estrangeiras ligadas à exploração do minério e dos extensos ervais nativos existentes nesse território, responsáveis diretos pela apropriação de grandes áreas que vieram a constituir os latifúndios.

Segundo Terra (2009), a origem da questão agrária no estado está relacionada ao processo de ocupação do território, especialmente a partir da implantação da Companhia Mate Laranjeira em 1882, a qual, sob o aval do Estado, conseguiu o monopólio de grandes extensões de terras devolutas na fronteira do Brasil com o Paraguai para a exploração de erva mate.

Já Silva (2004, p. 31) destaca que essa região do país é profundamente marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos econômicos e políticos que vislumbraram uma terra próspera e rica, principalmente por suas características naturais, que propiciaram a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado.

Com o desenvolvimento do modelo de produção capitalista no campo brasileiro, a partir da modernização e industrialização da agricultura e constituição dos complexos

agroindustriais e, sobretudo a partir da configuração do modelo denominado agronegócio, no Brasil e com predominância econômica em Mato Grosso do Sul, o qual se pauta na acumulação de capital e na obtenção de renda. Nesses moldes de produção, a terra, passa a não ter função social e sim meramente econômica.

Segundo Silva (2004), o estado de Mato Grosso do Sul possui um dos maiores índices de concentração de terra do país.

[...] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p.54).

Ao se territorializar no espaço agrário, o capital agropecuário, altamente modernizado, alterou não somente o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas acirrou a concentração de terras, modificou (e modifica) as formas de apropriação, construção e uso do território, gerando desigualdades e disputas entre os diferentes sujeitos sociais que vislumbram o mesmo território, porém com perspectivas de uso diferenciadas.

O fato é que, ao passo que o agronegócio se territorializa e se fortalece no Brasil, e em Mato Grosso do Sul em particular, gerando *superávit* da balança comercial e divisas para o país, sendo considerado por isto uma atividade de extrema importância à economia brasileira, o mesmo deve ser pensado também na perspectiva dos prejuízos sociais e ambientais que provoca.

Significa dizer que não basta ter crescimento na produção e na produtividade, ao passo que milhares de pessoas passam fome ou se alimentam mal por conta dos altos preços dos alimentos; se a biodiversidade dos biomas, especialmente do Cerrado, está sendo dizimada; se os recursos hídricos estão sendo ameaçados pelo desmatamento, assoreamento e contaminação das águas pelos agrotóxicos; se milhares de trabalhadores são superexplorados; se os grupos indígenas e as comunidades tradicionais são expropriados de suas terras, além de tantos outros impactos negativos provocados por esse modelo que se diz modernizador, desenvolvimentista e produtivista. (MATOS & PESSÔA, 2011, p. 28)

O resultado desse processo é uma estrutura fundiária concentrada e excludente que acirra as disputas territoriais no estado, envolvendo trabalhadores sem terra que engrossam as

fileiras dos movimentos sociais de luta pela terra e fazendeiros, bem como indígenas que reivindicam o território dos quais foram desterrados desde seus ancestrais e, cujos confrontos diretos e constantes com os fazendeiros têm conduzido à morte de inúmeras lideranças indígenas.

O estado apresenta uma grande quantidade de trabalhadores sem-terra acampada às margens de rodovias, vivendo em barracos a espera de um pedaço de terra. Estes trabalhadores rurais normalmente procuram ocupar terras improdutivas, e produtivas devolutas, com o intuito de pressionar o governo a decretar a desapropriação de terras e, consequentemente promover o assentamento de famílias que reivindicam a terra.

O elevado número de trabalhadores está relacionado a vários fatores, entre eles, “a migração de trabalhadores pobres em busca de terra e/ou trabalho, a concentração agrária, a automação do trabalho desenvolvido nas últimas décadas e as inúmeras políticas públicas de incentivo às empresas rurais” (FALCHI, 2007, p. 31).

Almeida (2003, p. 130 a 138 apud SILVA, 2004) divide a implantação dos assentamentos no Mato Grosso do Sul em quatro fases distintas:

A primeira fase que marca o início da luta pela terra no Estado compreende ao período de 1980-1985 e representou a conquista de seis assentamentos realizados pelo governo federal e estadual. [...]. A segunda fase (1986-1990) corresponde à implantação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Esta fase é identificada pela crescente expectativa de acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais sul-mato-grossenses, bem como dos brasiguaios, [...]. Neste período foram 16 assentamentos implantados. O terceiro período (1991-1995) foi para os trabalhadores rurais o mais trágico. A política de assentamentos foi reduzida no Estado, apenas seis novos projetos foram implantados e as ocupações de terra combatidas sistematicamente. O último período estudado é o de 1996-2000, o qual representa a retomada da luta pela terra e da conquista dos assentamentos. No período, foram criados 67 projetos, totalizando 97 assentamentos [...].

Gressler, Vasconcelos e Souza (2005, p. 107) salientam que entre 1984 e 2003, foram assentadas no estado de Mato Grosso do Sul, pelo Governo Federal, através do INCRA, 16.321 famílias, ocupando uma área de 467.811,5741 ha, distribuídos em 110 assentamentos. Neste mesmo período o governo estadual assentou 868 famílias, numa área de 17.605,7867 ha, em seis assentamentos. Porém as políticas em favor da reforma agrária e dos pequenos produtores nunca obtiveram suporte político necessário para sua concreta efetivação.

De acordo com divulgação no site do MST, atualmente há cerca de quatro mil famílias debaixo de barracos reivindicando terras no estado de Mato Grosso do Sul. Recentemente foi desapropriada a Fazenda Correntes, no município de Dois Irmãos do Buriti, onde foram

assentadas mais de duzentas famílias. A desapropriação ocorreu depois de quatro anos sem nenhum projeto de assentamento, haja vista que o último a ser implantado no estado foi o da Fazenda Nazareth, em 2014². Esse cenário se apresenta em virtude de o Estado ter atuado muito mais em benefício do agronegócio, do que da Reforma Agrária e dos grupos menos favorecidos.

²Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/03/16/no-ms-mst-conquista-area-para-construcao-de-assentamento.html>> Acesso em: 15/12/2018.

CAPITULO II: HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO ASSENTAMENTO ARATABA

2.1 - Caracterização do Assentamento Arataba

O Assentamento Arataba está localizado no município de Jardim, distante 12 km da sede municipal, e 390 km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul e encontra-se às margens da Rodovia Vital Brasil (BR 267), entre Jardim a Porto Murtinho, conforme é possível identificar na figura 1.



Figura 1: Imagem de localização do Assentamento Arataba.

Fonte: Google maps.

Adaptado por Alcará, 2018.

O Assentamento Arataba, foi formado inicialmente por um grupo de camponeses sem-terras acampados a margem da rodovia 267 de acesso a Jardim a Porto Murtinho. Um dos membros assentados não concordando com os procedimentos e condutas da comissão de liderança formou um novo grupo com o nome Liberdade (LIMA³, 2014, p. 35), e este tinha o objetivo de adquirir a Fazenda Arataba que estaria à venda. Assim com a ajuda do governo do estado e da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), em 2012 a associação conseguiu recursos para o pagamento da propriedade, contemplando a região por

³Trabalho realizado anteriormente no Assentamento Arataba, utilizado como referência.

meio do modelo de Reforma agrária de Mercado. A liberação do benefício possibilitou alojar 26 famílias, as quais estavam acampadas às margens da rodovia.

Com a demarcação dos lotes, iniciou-se a delimitação e fixação das famílias em suas parcelas, que possuem em média 7,5 hectares cada. O Assentamento ainda conta com uma área de 5,5 hectares para o desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuária de leite e/ou de corte. Assim, a área total do Assentamento Arataba totaliza 196,2 hectares (LIMA, 2014, p. 35).

Segundo Lima (2014, p. 35), uma vez formado o Assentamento, o financiamento foi liberado por meio de recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, na linha de financiamento de Combate a Pobreza Rural (CPR). O valor liberado na época foi de R\$ 1.024.619.20, sendo a terra adquirida por R\$ 922.381.05. A diferença destes recursos destinou-se para os gastos com documentação e assistência técnica.

2.2 – O papel da associação no processo de desenvolvimento do assentamento

A Associação desempenha um papel muito importante para o desenvolvimento do espaço rural. Sua “principal função é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais (WAUTIER, 2001, p. 11 apud POZZER, 2010).” Assim, ela é crucial, pois tem como função representar os produtores no recebimento do financiamento do governo tanto para o custeio da produção, quanto para investimentos e construção das habitações.

A associação do Assentamento Arataba é regida atualmente por uma presidente, secretários, tesoureiro dentre outros, os quais atuam como representantes da comunidade local, dentro e fora do assentamento. As lideranças são instituídas por meio de voto, sendo que cada morador pode se candidatar ao cargo. Os mandatos variam de um a dois anos, e com possibilidades de reeleição, dependendo da gestão desenvolvida no decorrer do mandato e a satisfação da comunidade geral.

Inicialmente, a Associação contava com quinze associados, porém em decorrência da falta de participação de alguns em discussões, reuniões e atividades administrativas, muitos deles deixaram de fazer parte do grupo. Hoje a Associação é composta por sete membros e estes participam das questões sociais do Assentamento, incluindo questões de transporte, e de estradas, dentre outras.

A Associação Arataba realiza reuniões e eventos que ocorrem pelo menos uma vez por mês, onde toda a comunidade e seus respectivos representantes são convocados. Para realização destes encontros a Associação obtém sede própria. Todavia, como ilustra a figura 2 a seguir, o prédio se apresenta descuidado e cheio de mato.



Figura 2: Sede da Associação dos moradores do Assentamento Arataba.
Fonte: ALCARÁ, 2018.

Através do Subprojeto de Investimento Comunitário⁴ (SIC) requerido pela Associação do Assentamento Arataba, foi adquirido um trator, grade e niveladora (Figura 3), possibilitando que houvesse uma redução de custos para a realização das etapas de plantio e colheita. Essa foi uma das principais conquistas da Associação do Assentamento Arataba.

⁴SIC - Projeto de investimento básico, iniciado em 2013, formulado por beneficiários do PNCF, organizados de forma associativa, por meio da linha Combate a Pobreza Rural - CPR, e destinados à estruturação dos imóveis rurais adquiridos com financiamento do Fundo de Terras.



Figura 3: Trator e grade do Assentamento Arataba adquirida pelo Projeto SIC.
Fonte: NUNES, 2015.

A Associação do Assentamento Arataba pode ser considerada atuante, pois a atuação dos membros não se resume somente as questões pertinentes ao interior do assentamento, mais também na busca de interesses das famílias assentadas, como a implantação de projetos na área da agricultura e criações animais, melhorias na área da saúde, bem como na busca de soluções para problemas comuns que ocorrem no assentamento.

2.3 – Aspectos da infraestrutura do assentamento Arataba

O assentamento Arataba possui uma estrutura básica, sendo composta por 26 residências, 26 poços semi-artesianos, 4 cacimbas, 5 mangueiros, 1 campo de futebol e 1 barracão com banheiro, sede da Associação Arataba, etc.

Tratando-se das condições de habitação do assentamento, podemos afirmar que estas são bastante distintas. Verificou-se, por um lado, construções modificadas em alvenaria e por outro, que algumas moradias estão bastante deterioradas, sendo estas de madeira. A qualidade estrutural das residências se apresenta de acordo com o poder aquisitivo de cada família. Diante dos resultados apresentados, podemos concluir que a maioria dos assentados, ou seja, 86% possuem até quatro cômodos em suas residências, sendo compostas por sala, quarto, cozinha e banheiro. Já 14% afirma que sua residência possui cinco ou mais cômodos.

Das residências visitadas, através das entrevistas, notou-se que apenas três delas ainda mantêm as mesmas características desde a criação do assentamento (Figura 4).



Figura 4: Residência não modificada do Assentamento Arataba.
Fonte: ALCARÁ, 2018.

O restante teve sua estrutura modificada após os três primeiros anos de existência do assentamento (Figura 5).



Figura 5: Modelo de residência em alvenaria do Assentamento Arataba.
Fonte: ALCARÁ, 2018.

Segundo a Presidente da Associação dos Moradores, essas modificações são resultantes do esforço e trabalho coletivo das famílias, que cada dia vem se empenhando para obter mais conforto em suas habitações.

Outro aspecto importante a destacar é quanto à da energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos, política pública lançada pelo Governo Federal. A energia elétrica foi implantada no Assentamento em 2013, um ano depois de sua criação, fato que proporcionou maior conforto a população assentada. Sem a energia os agricultores tinham dificuldades em armazenar os produtos para consumo.

As famílias residentes no Assentamento Arataba ainda sofrem com a falta de abastecimento de água. Isto ocorre porque as casas dispõem de apenas um reservatório de água, sendo este constituído por poços semi-artesianos com apenas 20 metros de profundidade, que impossibilitam a irrigação das plantações.



Figura 6: Bomba de água do poço semi-artesiano do Assentamento Arataba.
Fonte: ALCARÁ, 2018.

Vale lembrar que cada poço semi-artesiano possui um equipamento de bombeamento de água elétrico (Figura 6) para retirada da água e, conseqüentemente faz com que ela chegue até a caixa da água e seja distribuída na residência. É importante mencionar que a água consumida pelas famílias assentadas não recebe tratamento antes do consumo, embora aparentemente sejam de boa qualidade.

Algumas residências, além dos poços semi-artesianos, também contam com poços rasos, conhecidos antigamente como cacimbas. Estes poços, são perfurados manualmente, capta água do lençol freático e são tidos como uma opção a mais quando o reservatório do poço semi-artesiano está abaixo do nível.

Outra forma de armazenar água durante sua escassez, que ocorrem principalmente em épocas de secas, são em caixas da água. Porém os assentados não a consomem, sendo somente utilizada para regar as plantações e para criação de animais do assentamento.



Figura 7: Opção de reservatórios de água do Assentamento Arataba.
Fonte: ALCARÁ, 2018.

No que se refere aos dejetos, todas as residências possuem banheiro e fossas sépticas. Todavia sua infraestrutura necessita de melhorias tanto no que se refere aos elementos de uso público, quanto na estrutura organizacional.

A produção do Assentamento Arataba é baseada em hortifrutigranjeiros, cultivados nos próprios lotes, e são destinados à venda e a cultura de subsistência. O artesanato local, também faz parte para a contribuição da renda dessas famílias. Para isso, os assentados tendem a deslocar até a cidade para oferecer e vender seus produtos.

Outra produção desenvolvida no assentamento é a criação do gado bovino leiteiro, sendo esta considerada uma das principais atividades econômicas do assentamento em vista da renda que proporcionam às famílias. Além disso, são criados animais de subsistência tais como: galinhas, porcos e carneiros.

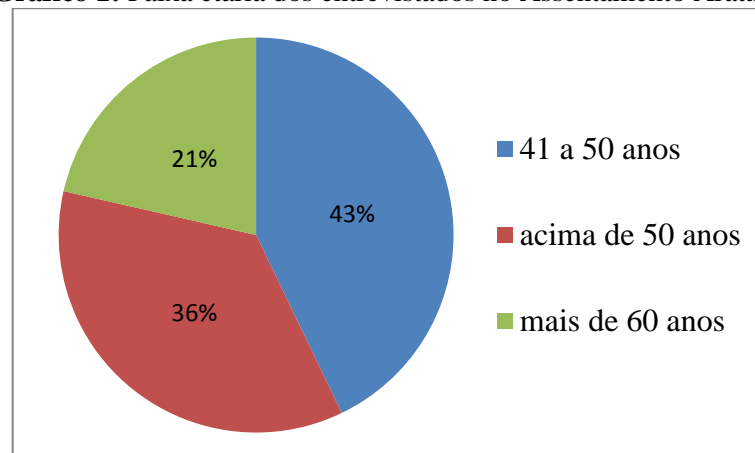
CAPITULO III: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REFERENTES AOS ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DO ASSENTAMENTO ARATABA: Um enfoque no universo investigado

O estudo das características socioeconômicas do Assentamento Arataba serviu para o levantamento e análise das principais características locais. Por se tratar de uma pesquisa que tem por base analisar as condições sociais e econômicas do assentamento, pudemos levantar os aspectos, nos quais o assentamento mais possui deficiência. Assim, por meio dessa pesquisa foi possível ainda compreender o perfil da população residente no Assentamento Arataba.

Os resultados apresentados neste capítulo decorrem das entrevistas realizadas, durante as quais aplicamos questionários (cópia em anexo), junto a 14 parceiros de lotes do Assentamento Arataba. Após a orientação sobre a natureza do estudo e seus objetivos, cada entrevistado consentiram sua participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo exposto no anexo A.

Ao analisar a faixa etária dos proprietários de lotes do Assentamento Arataba, pudemos observar que do total de entrevistados, nove são homens e cinco mulheres, com faixa etária entre 40 a 68 anos. Observando de modo mais detalhado, foi possível perceber que 43% encontram-se na faixa etária entre 41 a 50 anos; 36% apresentam idade acima de 50 anos e 21% apresentam idade superior a 60 anos (Gráfico 1). Esses dados demonstram que a população do assentamento Arataba tende, predominantemente, ao envelhecimento.

Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados no Assentamento Arataba.

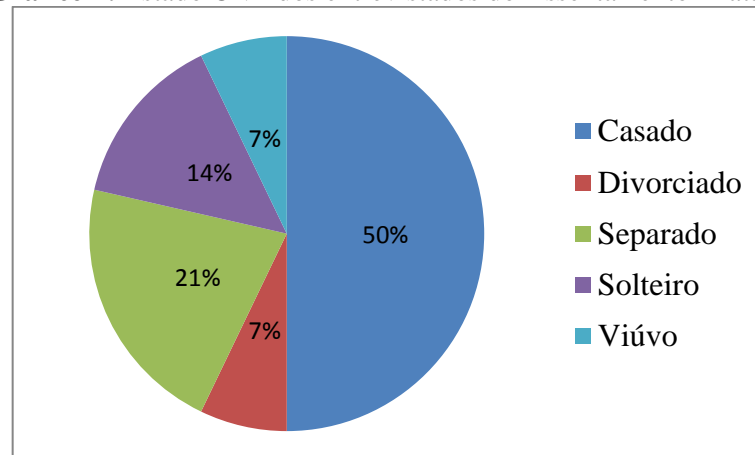


Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

A alegação dos próprios assentados para a forte presença de pessoas com mais idade no assentamento, é que os jovens preferem migrar para centros urbanos em buscas de novas oportunidades de trabalho e de uma melhor qualidade de vida, já que as políticas pertencentes ao assentamento não favorecem a população jovem, tais como educação voltada para formação específica e muito menos infraestrutura para manter os jovens na área rural. Esta situação pode comprometer a viabilidade socioeconômica do Assentamento, uma vez que estes jovens poderiam dar continuidade à exploração dos lotes conquistados.

No que diz respeito ao estado civil dos assentados entrevistados, cabe destacar que 50% dos respondentes afirmaram ser casados; 21% afirmaram serem separados; 14% solteiros, 7% divorciados e os outros 7% viúvos (Gráfico 2).

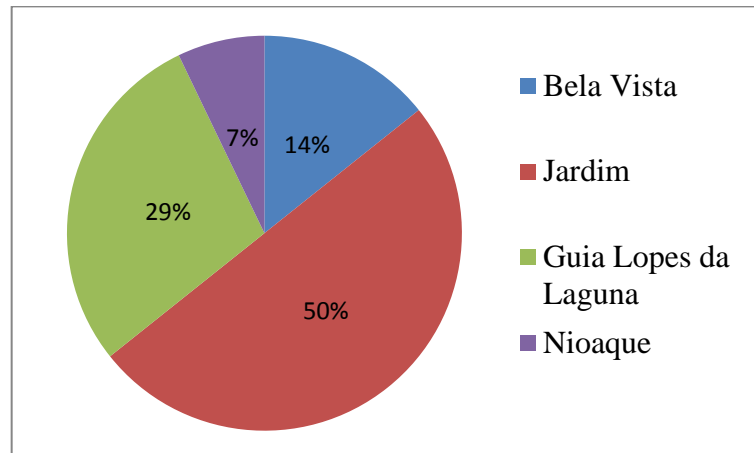
Gráfico 2: Estado Civil dos entrevistados do Assentamento Arataba.



Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Quanto à origem das famílias assentadas no Assentamento Arataba, 100% delas afirmaram que já residiam no estado de Mato Grosso do Sul antes da criação do Assentamento. São famílias oriundas de diferentes regiões do estado, sendo que 43% são naturais do município de Jardim, 21% são naturais de Bonito, 14% são de Bela Vista, 14% de Nioaque e 7% de Antônio João. Vale lembrar que a maior parte deles vivia em áreas rurais localizadas nos seguintes municípios: 50% dos entrevistados afirmaram que já viviam em Jardim, 29% em Guia Lopes da Laguna, 14% em Bela Vista e 7% em Nioaque (Gráfico 3).

Gráfico 3: Local de residência dos entrevistados anteriormente ao Assentamento Arataba.

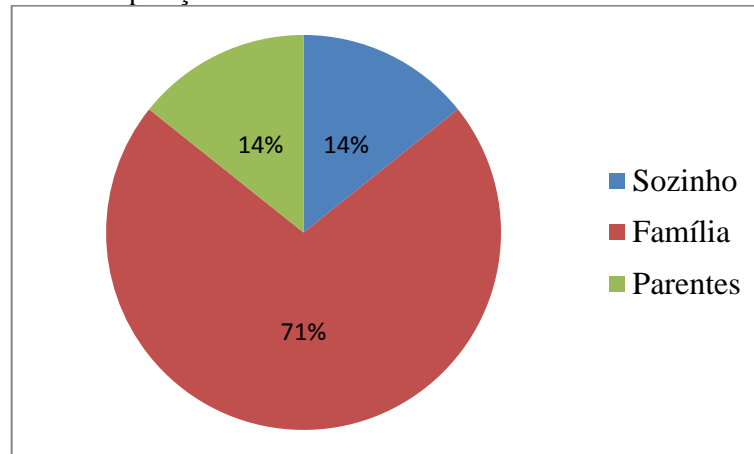


Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Esses números revelam um dado interessante, quais seja, os assentados entrevistados moravam em áreas próximas do Assentamento, identificando-se como ex-trabalhadores rurais, justamente por estarem nos acampamentos.

3.1 Aspectos familiares e habitacionais do Assentamento Arataba

Em relação à composição familiar, 71% dos assentados entrevistados revelam que residem com a família, 14% moram sozinhos e 14% moram com parentes (Gráfico 4). A composição familiar descrita por parentes englobam somente irmãos. Contudo, comparando a quantidade de pessoas, por residência, que vivem no assentamento, pode-se chegar a uma média de três pessoas por domicílio.

Gráfico 4: Composição familiar dos entrevistados no Assentamento Arataba.

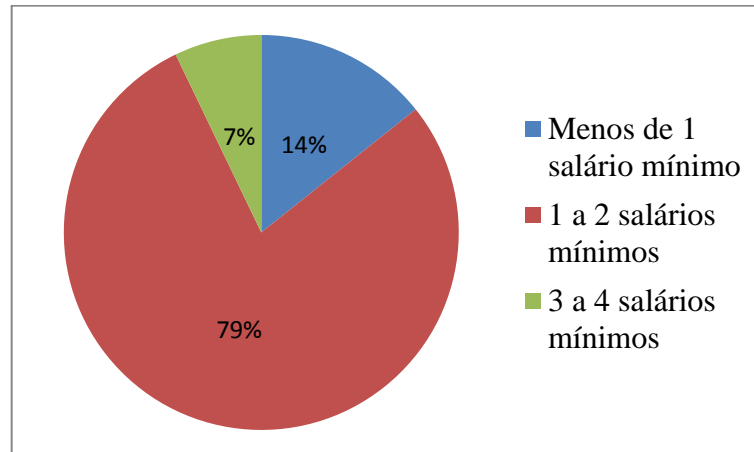
Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Apesar de 68% dos entrevistados afirmarem possuir filhos e os outros 14% negarem a afirmativa, descobrimos que a maior parte destes filhos já não mora mais com seus pais, pois alcançaram sua dependência financeira, sendo boa parte deles maiores de idade. O fato comprova o que já foi dito anteriormente, da migração destas pessoas para os centros urbanos.

Por esse motivo quando perguntado quantos filhos ainda moram no assentamento, um total de 50% dos entrevistados afirmaram não ter nenhum filho e 36% afirmaram ter apenas um filho. Aqueles que ainda moram com seus genitores apresentaram ter faixa etária entre 4 a 25 anos de idade, ou seja, somente ainda não saíram do assentamento porque dependem financeiramente de seus pais, sendo a maioria menor de idade.

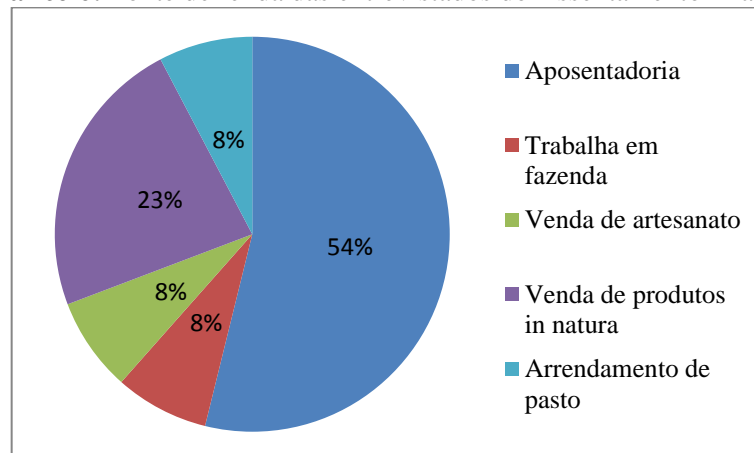
3.2 Aspectos de renda e trabalho

Com relação aos resultados obtidos sobre a renda familiar dos entrevistados, 79% das famílias afirmaram receber de 1 a 2 salários mínimos, 14% recebem menos de 1 salário mínimo e apenas 7% recebem de 3 a 4 salários mínimos (Gráfico 5). A média de pessoas que contribuem na renda familiar varia de 1 a 2 pessoas. Assim, é possível afirmar que os assentados em sua maioria são trabalhadores com uma baixa renda mensal. Isso comprova uma baixa capacidade de produção das famílias assentadas que, na maioria das vezes, ocorre por falta de apoio dos órgãos de assistência e governamentais.

Gráfico 5: Renda familiar dos entrevistados do Assentamento Arataba.

Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Quanto ao trabalho dos assentados, a pesquisa demonstrou que estes não se dedicam somente a atividade da agricultura. A maior parte dos entrevistados, ou seja, 58% afirmaram que a aposentadoria, por idade ou invalidez, é a principal fonte de renda dos familiares, outros 23% afirmaram obter renda através das vendas de produtos in natura, 8% afirmaram obter sua renda através de serviços prestados em fazendas próximas ao assentamento, 8% de confecção e venda de artesanatos e 8% obtém sua renda com o arrendamento de terra.

Gráfico 6: Fonte de renda das entrevistados do Assentamento Arataba.

Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Diante de todos os resultados da renda familiar, um fato que chamou a atenção é quando um dos respondentes afirmou arrendar uma parte de seu próprio lote. Sabe-se que esta é uma atividade proibida em assentamentos, pois enquanto os assentados não possuírem o título do lote e este estiver vinculado ao INCRA, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária, 2018), porém por ser uma terra financiada pelo Banco da Terra a possibilidade de arrendamento pode ocorrer tornando-se um meio de rentabilidade para o assentado.

Com uma grande abrangência de terras férteis, o assentamento possui baixa produtividade relacionada à produção. Por isso, quando perguntado se a família possui algum cultivo no lote, vê-se que a grande maioria, ou seja, 93% afirma que sim. Porém quando analisado quais os cultivos, os assentados afirmam ser hortaliça, verduras e vegetais, cultivados principalmente para autoconsumo.

Quanto à criação animal, 100% dos entrevistados afirmam possuir criação animal, entre elas destaca-se a criação de bovinos, suínos, ovinos e aves. É possível inferir ainda que o leite e carne desses animais também auxiliam na renda familiar.

Outra questão relevante tratada com os entrevistados foi com relação à aquisição de financiamentos. Por mais que todos os lotes tenham sido financiados por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, procuramos verificar a existência de outras formas de financiamentos/ empréstimos efetuados pelos assentados para capital e/ou custeio.

De acordo com a maioria dos entrevistados a dificuldade para conseguir um financiamento é muito grande e os que conseguem relatam certa demora na liberação do dinheiro para produção no assentamento, sem falar na burocracia que enfrentam para liberação dos mesmos. Acreditamos, por este motivo, que dentre o universo entrevistado apenas 21% obteve algum empréstimo ou financiamento. No quadro 2 abaixo é possível identificar os empréstimos adquiridos por uma pequena parcela das famílias assentadas.

Quadro 2: Empréstimos e financiamentos realizados pelos assentados.

Entrevistado	Já realizou empréstimos?	Empréstimos e financiamentos realizados
1	Não	-
2	Não	-
3	Sim	PRONAF
4	Sim	PRONAF E CUSTEIO
5	Não	-
6	Não	-
7	Sim	PRONAF E CUSTEIO
8	Não	-
9	Não	-
10	Não	-

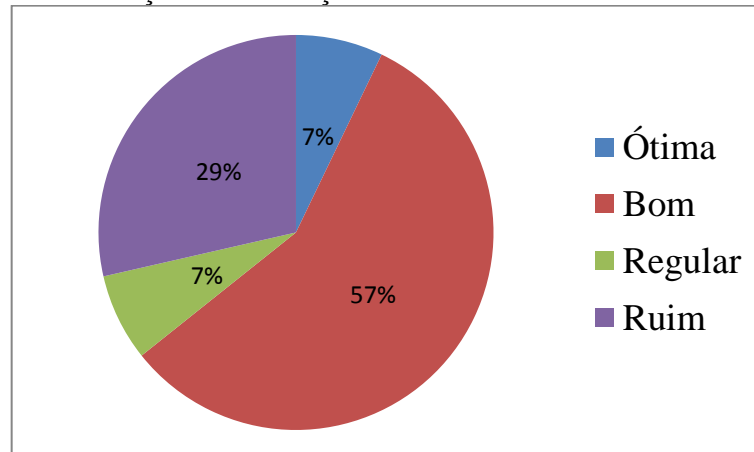
11	Não	-
12	Não	-
13	Não	-
14	Não	-

Fonte: ALCARÁ, 2018.

Como é possível identificar no quadro acima entre os financiamentos realizados estão os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferecem recursos aos produtores rurais para utilizarem em atividades agropecuárias, plantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural (INCRA, 2018) e o Custeio que se trata de uma linha de crédito disponível para produtores rurais que se enquadram no PRONAF, o qual tem por finalidade custear atividades agropecuárias.

O valor de crédito liberado para os assentados pode chegar até 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por agricultor e dependendo do valor liberado, o beneficiário poderá obter três anos de carência para o pagamento da primeira parcela, e posteriormente os pagamentos são realizados anualmente, podendo variar de 2.000,00 (dois mil) a 3.000,00 (três mil) reais por ano (NUNES, 2015).

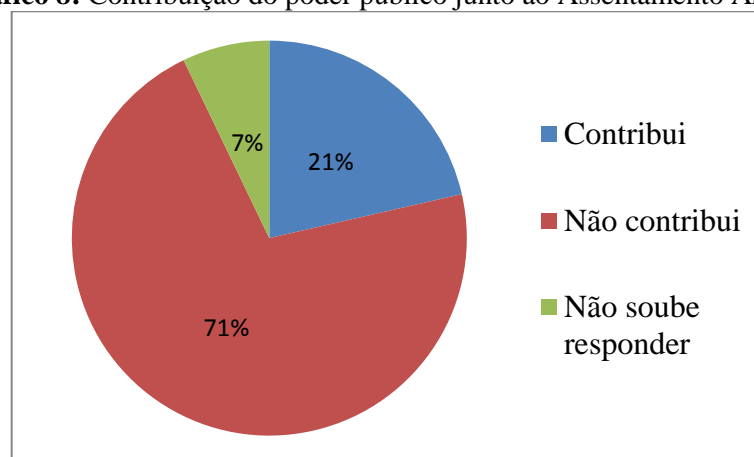
Conforme a presidente da Associação dos moradores, por diversas vezes foi discutido com órgãos competentes, meios para agilizar o processo de financiamentos, porém os assentados não obtiveram sucesso. Desse modo, a associação se mostra um tanto desmotivada em buscar novas perspectivas e possibilidades, haja vista a falta de incentivos do governo atual. Por isso, quando perguntado sobre o grau de satisfação com a Associação de moradores existente no Assentamento (gráfico 7), apenas 57% dos assentados, afirmaram estar satisfeitos. Já 29% afirmaram que a Associação se mostra ruim com as pequenas atitudes que são tomadas pelos responsáveis, 7% afirmou ser regular e 7% disseram ser ótima.

Gráfico 7: avaliação da Associação de Moradores do Assentamento Arataba.

Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Diante dos fatos, a pequena parcela de entrevistados que se encontram insatisfeitos com a Associação dos Moradores, julgando ser ruim, é pelo fato de não serem informados sobre as iniciativas tomadas pelo grupo, ou seja, a falta de diálogo entre eles.

Já com relação ao auxílio do poder público municipal a maioria dos entrevistados, 71%, disse não haver contribuição para o desenvolvimento e infraestrutura do assentamento, a não ser em épocas de campanhas políticas. Foram inúmeras as reclamações dos assentados em relação à prefeitura. Foi possível identificar que realmente há uma falta de incentivo por parte desta instância de poder.

Gráfico 8: Contribuição do poder público junto ao Assentamento Arataba.

Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

Em épocas de chuva, por exemplo, na estrada que dá acesso ao assentamento formam inúmeros atoleiros. Já os 21% que afirmam receber auxílio do poder público, se referem ao

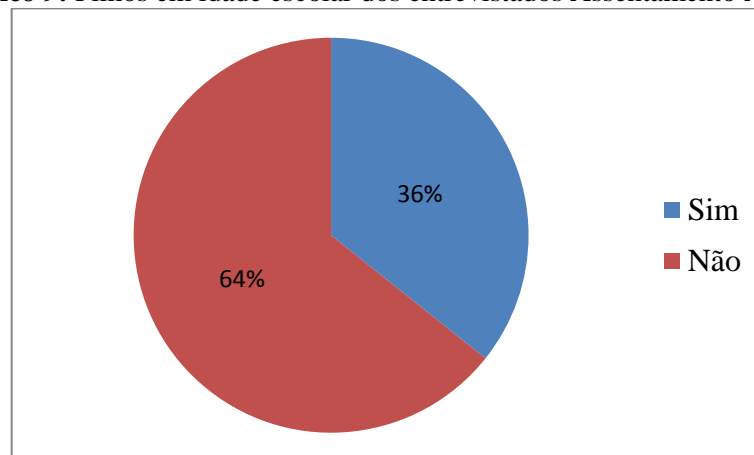
transporte escolar que é oferecido às crianças moradoras no assentamento. Os outros 7% não souberam responder.

3.3 Aspectos educacionais e saúde

Comparando-se a escolaridade paterna e materna dos entrevistados, pode-se observar que grande parte dos progenitores atingiu somente a primeira etapa de escolarização. Em ambos os casos, a escolaridade de destaque foi o ensino fundamental incompleto, totalizando 57% para os pais e 50% para as mães.

Realizando uma comparação entre os pais e os filhos, visualiza-se uma melhora na educação, apesar de os números apontarem que apenas 36% dos filhos em idade escolar e 64% afirmarem que não (Gráfico 9). Fato que se esclarece anteriormente quando mencionam que a maioria dos filhos já alcançou sua dependência financeira, sendo que a maior parte deles já concluiu o ensino médio.

Gráfico 9: Filhos em idade escolar dos entrevistados Assentamento Arataba.



Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

As crianças e adolescentes que ainda moram no assentamento e estão em fase escolar, enfrentam condições adversas em vias sem asfaltos, com poeira, lama, buracos, etc., um problema que leva muitos alunos a evadirem da escola. Estes obstáculos acontecem, pois o Assentamento Arataba não dispõe de uma infraestrutura adequada para educação destes alunos, tendo os mesmos que se deslocarem até a cidade. Com isso o principal meio de transporte utilizado por 100% deles são os ônibus estudantis que os transportam até a escola da cidade.

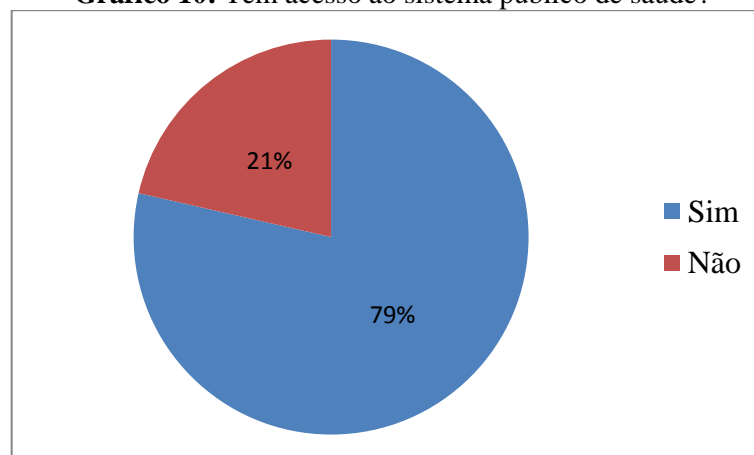
Vale lembrar que nem sempre o transporte escolar se encontra em condições propostas pelo poder público, fato que prejudica o aprendizado dos alunos do campo, pois muitos destes

transportes estragam ou passam por manutenção diariamente devido às más condições da estrada. Isto faz com que, inúmeras vezes, os alunos se atrasem ou faltem às aulas.

Com relação ao meio de informação que as famílias utilizam para se manterem atualizados, 50% dos respondentes afirmaram ser através de rádios, já 29% através de TV, 14% através de internet e 7% não tem acesso à informação.

Dentre as análises realizadas por meio desta pesquisa, outra deficiência do Assentamento Arataba se refere ao aspecto da saúde. Isso se deve ao fato de que o assentamento não possui nenhum posto de saúde para atender a população. Quando necessitam de atendimento os assentados realizam o deslocamento até a cidade. Quando perguntado se os mesmos possuem acesso ao sistema público de saúde, 79% afirmou ter acesso, já 21% negaram a afirmação, conforme apresentado no gráfico 10.

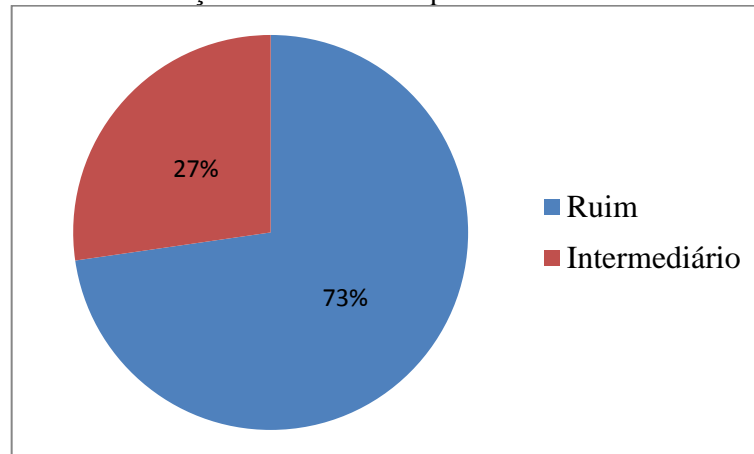
Gráfico 10: Tem acesso ao sistema público de saúde?



Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

As pessoas que afirmam obter acesso ao sistema de saúde consideram o atendimento muito ruim, totalizando 73% dos entrevistados. Isso se justifica pela pequena quantidade de médicos atendendo as unidades básicas de saúde e ainda por falta de materiais básicos para o atendimento. Outra deficiência desta área é o número excessivo de pacientes, que muitas vezes ficam horas em filas a espera de atendimento, sendo que muitas vezes ainda não conseguem. Além disso, falta acompanhamento dos agentes de saúde, que de acordo com 100% dos entrevistados não acontece.

O atendimento dos funcionários das unidades básicas, também é um ponto que deixa a desejar, pois devido a grande quantidade, estes passam a destratar os pacientes. Já os 27% que consideram o atendimento intermediário, dependem exclusivamente do SUS para realização de exames e consultas médicas.

Gráfico 11: Satisfação do atendimento para o Sistema Público de Saúde.

Fonte: Pesquisa de Campo – ALCARÁ, 2018.

É notável que os aspectos relacionados à saúde no Assentamento se apresentam de forma precária. Neste sentido quando perguntado aos entrevistados se possuem assistência particular, apenas 14% afirmam que sim, os 86% restantes negam a afirmação.

Para finalizar as entrevistas, pedimos aos entrevistados que expusessem suas opiniões sobre os principais problemas que o assentamento tem enfrentado. Que apresentassem sugestões de melhoria e a maneira como está sendo conduzida a Reforma Agrária no país. Diante das respostas obtidas, verificamos um nível de insatisfação elevado dos assentados, principalmente pela falta de água, pois não possuem um sistema de abastecimento adequado para atender toda a população. Este problema repercute negativamente tanto na produção quando na criação de animais.

De acordo com a Associação dos moradores, inúmeras solicitações já foram efetuadas junto ao poder público municipal, para solucionar os problemas, porém todas sem sucesso. Outras questões citadas como problemas foram: a falta de manutenção nas estradas que dificulta o transporte dos alunos do assentamento até a escola; a falta de apoio do poder público municipal que não se sensibiliza com as dificuldades sofridas pelos assentados; a falta de recursos para investimentos e manutenção de equipamentos que poderiam auxiliar na produção, etc. Contudo, os assentados afirmam que se todos os problemas relacionados acima fossem sanados com certeza obteriam uma melhor qualidade de vida.

Em se tratando da reforma agrária, observou-se um índice de reclamações bem elevado, pois muitos acreditam que ela está ocorrendo de forma desorganizada, ficando sempre em segundo plano, ou seja, o governo prefere investir em atividades rentáveis e com isso os assentados acabam abandonados, juntamente com os problemas da terra e sua infraestrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a origem da distribuição de terras no Brasil podemos visualizar que a mesma passou a ocorrer desde o regime de sesmarias que, diferentemente da reforma agrária, visavam garantir a ocupação da colônia, beneficiando somente os mais afortunados. Após a abolição do regime das sesmarias e com a criação da Lei de Terras esse cenário se agrava, pois a terra passou a ser obtida por meio de compra e venda, ganhando o caráter de mercadoria e passando a ser propriedade privada, mesmo dentre aqueles que forjavam os títulos.

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, já no século XX, e os processos de modernização e industrialização da agricultura, acelera-se o processo de concentração de terras, de expropriação camponesa e, conseqüentemente os conflitos e tensões sociais.

A Reforma agrária ganhou mais enfoque com a criação da Constituição de 1988 e desde então a questão vem sendo discutida, visando solucionar os problemas sociais ocorridos no campo brasileiro.

O surgimento dos movimentos sociais, principalmente o MST, se tornou importante ferramenta para combater as desigualdades sociais que ainda existem em nosso país. Frente a isso, ocorreram inúmeras mobilizações organizadas pela sociedade para pressionar o estado a desenvolver uma política mais justa que possa organizar, conscientizar e articular os interesses dos menos privilegiados no país.

O Programa Nacional de Reforma Agrária criado a partir da pressão e das reivindicações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, para promover a distribuição de terras, não conteve os conflitos. Assim, no sentido de amenizar as tensões uma das medidas adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, foi à implantação do modelo de Reforma Agrária de Mercado, o qual não pressupõe aquisição de terras por meio de ocupações diretas e desapropriação de terra pelo INCRA, e sim de financiamentos para compra e venda da área. Apesar de ter contribuído para tirar uma parcela da população da pobreza que o problema agrário ainda não foi resolvido, pois o modelo de Reforma agrária de Mercado não assegura as condições básicas dos assentados.

Com relação à pesquisa de campo constatamos que o Assentamento Arataba possui carências em diversos aspectos. Quanto aos aspectos populacionais, os proprietários de lotes afirmaram residir com familiares, sendo estas constituídas por uma média de três pessoas por família, demonstrando um quadro de redução dos componentes das famílias brasileiras.

Outro aspecto populacional identificado foi à migração de adolescentes e jovens para a zona urbana a procura de melhores condições de vida. Diante da realidade apresentada foi possível concluir que a maior parte dos jovens do Assentamento Arataba, sentem o desejo de permanecer e trabalhar com os pais, porém a falta de renda própria, as limitações socioeconômicas e a incerteza da permanência no campo na constituição de uma família, são os principais motivos de desestímulo destes jovens, fazendo com que abandonem o meio rural.

Com relação à renda dos assentados, foi observado que a maioria da população do Assentamento Arataba sobrevive da aposentadoria, apresentando uma renda mensal muito reduzida, não sendo derivadas somente do local. Esse é um dos grandes problemas do assentamento, pois a renda não se resume somente a atividade agrícola e sim como um complemento na renda familiar. Diante dos resultados observados, a participação do poder público na elaboração de políticas públicas do Assentamento Arataba, deveria ocorrer por ações que ampliem as rendas destas famílias. Neste caso, o acompanhamento técnico seria de fundamental importância para intensificar o uso da terra com práticas rudimentares voltadas a agricultura.

Outro aspecto a ser considerado para melhoria da renda das famílias assentadas é a comercialização dos produtos fabricados no Assentamento, tais como o artesanato e produtos *in natura*, pois muitos precisam se deslocar para a cidade a fim de comercializá-los. Por mais que a cidade seja próxima ao assentamento, existe a dificuldade no transporte dos produtos e por isso muitos membros de famílias assentadas se desestimulam a produzir e passam a buscar emprego que lhes proporcione a geração de renda necessária. Alguns deles prestam serviços em fazendas próximas ao Assentamento, já outros optam por residir no lote alugando ou arrendando as áreas produtivas, quer seja para o cultivo ou para pastagem.

Na busca de melhores condições de vida os agricultores familiares do Assentamento Arataba precisam de suporte para investir em atividades geradoras de renda e que possam garantir sua permanência no campo. A Associação poderia buscar parceiros para investir nesta ideia, pois contribuiria ainda mais na renda familiar dos moradores.

Em se tratando da Associação do Assentamento Arataba, a pesquisa mostrou ser esta atuante, uma vez que está sempre tentando buscar incentivos financeiros, assistência técnica e soluções de problemas no assentamento. Porém uma parcela significativa apontou certo grau de insatisfação com a mesma, afirmando que poderia ser melhor, pois os integrantes do grupo não se encontram preparados para apresentar projetos viáveis que seriam úteis ao assentamento.

Com relação aos aspectos educacionais dos moradores, observamos que em se tratando do grau de escolaridade dos entrevistados, boa parte deles disse ter ensino fundamental incompleto. Apesar de a população possuir uma faixa etária elevada, a falta de oportunidade foi a principal causa para o baixo índice de escolaridade.

Além disso, os filhos dos assentados que estão em fase escolar têm enfrentado dificuldades no trajeto do assentamento até as escolas. A pesquisa nos revelou que tal motivo é decorrente da falta de ações do poder público local, já que os veículos escolares utilizados pelos alunos apresentam problemas frequentemente por conta das estradas vicinais não pavimentadas.

Quanto aos aspectos de saúde a pesquisa revelou que os assentados não dispõem de um posto de saúde próximo ao assentamento, tendo estas famílias que se deslocar a área urbana quando necessitam de atendimento. Além disso, quando chegam aos postos de saúde e hospitais da cidade mais próxima enfrentam longas filas e contam com péssimo atendimento.

Diante de todas estas carências, visualizamos o grau de insatisfação dos assentados com a reforma agrária aplicada no estado. Isso ocorre devido à precariedade que o assentamento vem passando, principalmente no que diz respeito à falta de acesso às condições básicas de sobrevivência.

Os assentados relatam que a escassez de água é o problema que mais afligem as famílias assentadas, principalmente em época de seca, já que os poços disponíveis não têm a capacidade necessária para atender as famílias. Alguns até utilizam outros meios para captação de água, porém mesmo assim não são suficientes para manter a família, produção e criação. Neste caso, a melhor solução para sanar o problema seria a implantação de um sistema de água encanada para o Assentamento, que através de um projeto deveria ser requerido pelos moradores através da Associação dos Moradores do Arataba ao governo do estado.

Esta ideia juntamente com a facilidade de liberação do crédito para os assentados, que se trata de outro problema devido à burocracia, seria uma forma rentável de aumentar a produção, resolvendo assim, boa parte dos problemas das famílias moradoras no Assentamento Arataba.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, A.; BARBOSA, A. S.; COELHO, H. M. F. **Política e sociedade no Brasil, (1930-1964)**. São Paulo: Anablume, 2002.
- ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 22 out. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 21 out. 2018.
- CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CONTAG - Confederação Nacional Dos Trabalhadores Na Agricultura. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**: Um jeito de conquistar a terra para viver e produzir com liberdade e dignidade. Cartilha de Crédito Fundiário ao beneficiário. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_41696788_22022017101126.pdf>. Acesso em 03 dez. 2018.
- DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.
- FABRINI, J. E. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.
- FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- FERNANDES, B. M.; et. al. **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Os Desafios das Agriculturas Brasileira**. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. A Agricultura Brasileira : desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2010. 298 p.
- GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- GRESSLER, L. A.; VASCONCELOS, L. M.; SOUZA, Z. P. **História de Mato Grosso do Sul**. 4ª série. São Paulo: FTD, 2005.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. Proprietário Rural: **Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 30 out. 2018.

LIMA, A. S. **O Programa Nacional de Crédito Fundiário na perspectiva do desenvolvimento rural**: um estudo de caso no município de Jardim-MS. 2014. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Jardim, 2014.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Crédito Fundiário**: Como funciona o PNCF? Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>. Acesso em: 29 out. 2018.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

MATOS, P. F. e PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj> Acesso em: 15 dez. 2018.

MEDEIROS, Renan Peixoto. **Qualidade de vida e do ato associativo**: proposta de instrumento para investigação em assentamentos de reforma agrária via crédito fundiário no território de Mato Grande-RN. Natal: UFRN, 2014.

MELO, D. S. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul**: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 39 – Dossiê, 2017. pp. 133-160. revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/4204/3971 Acesso em: 15 dez. 2018.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira**: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Revista Nera, Presidente Prudente/SP, 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1445-4199-1-PB.PDF>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MST. **MST conquista área para construção de assentamento no Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/16/no-ms-mst-conquista-area-para-construcao-de-assentamento.html> Acesso em: 15 dez.2018.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/PUC, 1989. 149p. Disponível em: <http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFBK5Y.nsf/vwPagesWebLive/D08P6LRQ?opendocument>. Acesso em: 07 dez. 2018.

NABARRO, S. A. **Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08122010-105412/pt-br.php>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. M. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo, 2005. 379p. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. Teoria, luta política e balanço de resultados. mestrado ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20formato%20eletr%C3%B4nico.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PIMMEL, W. L. **A contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania no Brasil**. Santa Rosa/RS: Unijuí, 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2773/MONOGRFIA%20WILSON%20LUIZ%20PIMMEL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

POZZER, Milene Ana dos Santos. Socialização política: promoção da cidadania através das Associações de moradores. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.MilenePozzer.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

SANTOS, C. F. Agricultura familiar nos territórios baianos: o Programa De Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco Do Brasil. (Trabalho de Conclusão de Curso). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. Presidente Prudente: Unesp, 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/DissertacaoTANIA.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

SOARES, M. G. O. **Do latifúndio à reforma agrária: a diversidade social na construção do território – o caso do assentamento Santa Alice – Herval/RS** (dissertação de mestrado em ciências sociais). Pelotas: UFPEL/ISP, 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009%20maria_da_graca.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letra, 2003.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 6 v.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 8 v.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente/SP, 2009.

VENANCIO, R. D. O. **Jornalismo e linha editorial**: construção das notícias na imprensa partidária e comercial. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

WAECHTER, V. C. M. O caminho de volta: **fatores que contribuem para que os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário Permaneçam no Campo no município de Alegrias/RS**. Rio Grande do Sul: UFRS, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87493/000909321.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM AS FAMÍLIAS DO
ASSENTAMENTO ARATABA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
CURSO DE GEOGRAFIA
ACADÊMICO: AUDILAR ARGUELHO ALCARA
ORIENTADORA: ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ASSENTAMENTO ARATABA
LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS.

DATA _____/_____/_____

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: ()F ()M Estado Civil: _____

Naturalidade: _____ Onde residia antes de vir para o assentamento? _____

ASPECTOS FAMILIARES

Você mora: () Sozinho(a) () Com a família () Com parentes

Possui filhos: () sim () não Quantos? _____

Quantos filhos residem com você: () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais () Nenhum

Qual a idade dele(s): _____

ASPECTOS HABITACIONAIS

Quantos cômodos tem sua residência? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

ASPECTOS DE TRABALHO E PRODUÇÃO

Qual a renda mensal em média da família?

() Menos de 1 salário () 1 ou 2 salários mínimos () 3 ou 4 salários mínimos

Das pessoas residentes, quantos contribuem nas despesas da casa? _____

A família recebe algum auxílio do governo? Especifique: _____

Qual a principal fonte de renda da família? _____

Você possui algum cultivo no lote? Qual? _____

Gera renda ou é somente para o consumo familiar? _____

Você tem algum tipo de criação animal? Qual? _____

Você já fez algum empréstimo ou financiamento. () Sim () Não

Se sim, quantos e quais? _____

Você exerce alguma função na associação de moradores? () Sim () Não. Se sim, qual?

Como você avalia a importância da associação de moradores para o assentamento?

De que forma o poder público municipal tem contribuído com o desenvolvimento e infraestrutura do assentamento? _____

EDUCAÇÃO

Qual é o grau médio de escolaridade dos responsáveis pelo domicílio?

Do pai

- () fundamental incompleto () Ensino Médio incompleto () Superior incompleto
 () fundamental completo () Ensino Médio completo () Superior completo
 () outros? _____

Da mãe

- () Fundamental incompleto () Ensino Médio incompleto () Superior incompleto
 () fundamental completo () Ensino Médio completo () Superior completo
 () outros? _____

Você tem filhos em idade escolar? () Sim () Não

Se sim, quantos estão estudando? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

Como é realizado o descolamento dos que estudam até a escola:

- () carro () ônibus () bicicleta () moto () carona () a pé () outros

Qual o meio de informação mais usado?

- () radio () tv () revista () internet () não tem fácil acesso a informação

SAÚDE

Você e seus familiares tem acesso ao atendimento no sistema público de saúde?

- () Sim () Não

Como considera o atendimento? () Bom () intermediário () Ruim. Por quê? _____

Possui algum tipo de assistência médica particular? () Sim () Não

Há visitas regulares dos agentes comunitários de saúde? () Sim () Não

INFRAESTRUTURA

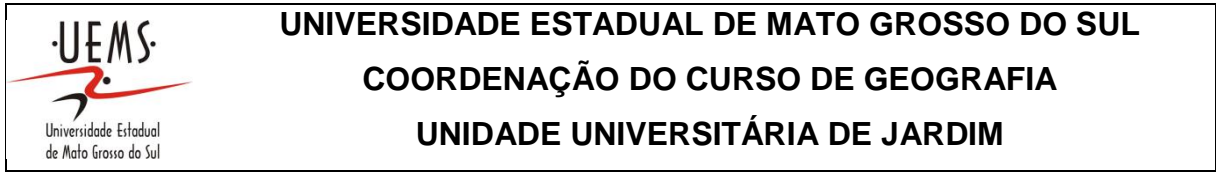
Em sua opinião, quais os maiores problemas do assentamento atualmente?

O que precisa ser melhorado?

Qual a sua opinião acerca da maneira como está sendo realizada a reforma agrária?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!!!

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO



Termo de Consentimento

Declaro estar ciente da realização da pesquisa realizada ao Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico, RGM n. do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade Jardim.

Declaro ainda que por se tratar de um trabalho de caráter acadêmico-científico aceito colaborar com o desenvolvimento do mesmo, fornecendo informações por meio de entrevistas e/ou aplicação de questionário e autorizo a publicação de minha imagem e das informações por mim prestadas.

Jardim, ____ de ____ de 2018.

Assinatura do entrevistado